

feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PROTOCOLO Nº

DIVISÃO:

DISAN

VISTO:

Parecer Técnico DISAN 102090/2006
Processo COPAM 17347/2005/001/2005**PARECER TÉCNICO DISAN Nº 102090/2006****Empreendedor:** Prefeitura Municipal de Itaguara**Endereço:** Rua Padre Gregório do Couto, 187 Centro**Empreendimento:** Depósito de Lixo**Classe/Porte:** I/Pequeno – DN 01/90**Classe:** 1 – DN 74/04**Localização:** Bairro Mateus**Atividade:** Disposição final de resíduos sólidos urbanos.**Município:** Itaguara**AUTO DE INFRAÇÃO Nº 15361/2005****Infração:** Gravíssima**HISTÓRICO**

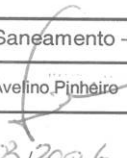
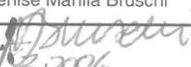

- 25-05-2005 realizada vistoria para verificação do cumprimento da Deliberação Normativa do COPAM DN 52/2001.
- 19-9-2005 lavrado o Auto de Infração nº 15513/2005, encaminhado à Prefeitura por meio do OF. DISAN/Nº 15361/2005.
- 3-11-2005 protocolada a defesa da Prefeitura ao Auto supracitado.
- 16-03-2006 realizada vistoria para verificação das informações prestadas.

1 – INTRODUÇÃO

A Deliberação Normativa COPAM 52/2001 estabeleceu em seu art. 2º, que todos os municípios do Estado de Minas Gerais, num prazo máximo de 6 (seis) meses a partir de dezembro de 2001, estavam obrigados a minimizar os impactos ambientais nas áreas de disposição final de lixo, devendo implementar requisitos mínimos, até que um sistema adequado fosse implantado através do respectivo licenciamento.

Os requisitos exigidos no art. 2º da DN 52/2001 são:

- disposição em local com solo de baixa permeabilidade, com declividade inferior a 30%, boas condições de acesso, a uma distância mínima de 300m de cursos d'água ou qualquer coleção hídrica e de 500m de núcleos populacionais, fora de margens de estrada, de erosões e de áreas de preservação permanente;
- sistema de drenagem de águas pluviais de modo a minimizar o ingresso das águas de chuva na massa de lixo aterrada;
- compactação e recobrimento do lixo com terra ou entulho, no mínimo, três vezes por semana;
- isolamento com cerca complementada por arbustos ou árvores que contribuam para dificultar o acesso de pessoas e animais;
- proibição da permanência de pessoas no local para fins de catação de lixo; *
- responsável técnico pela implementação e supervisão das condições de operação do local, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica.

Divisão de Saneamento – DISAN		Diretoria de Infra-Estrutura e Monitoramento - DIREM
Autor: Sérgio Avelino Pinheiro	Gerente: Denise Marília Bruschi	Diretora: José Flávio Mayrink Pereira
Assinatura: 	Assinatura: 	Assinatura: 
Data: 30/03/2006	Data: 30/03/2006	Data: ____/____/____

ORIGINAL ASSINADO

* Alterado pela DN COPAM 67/2003, quando passou a vigorar com o seguinte texto: proibição da permanência de pessoas no local para fins de catação de materiais recicláveis, devendo o Município criar alternativas técnica, sanitária e ambientalmente adequadas para a realização das atividades de triagem de recicláveis, de forma a propiciar a manutenção de renda para as pessoas que sobrevivem dessa atividade, prioritariamente, pela implantação de programa de coleta seletiva em parceria com os catadores.

Nos anos seguintes à DN COPAM 52/2001, novos prazos foram dados para o cumprimento do disposto no art. 2º, conforme abaixo:

Deliberação Normativa	Prazo estabelecido para cumprimento	Efeito para Autuações
DN COPAM 52/2001	Julho/2002	-
DN COPAM 56/2002	Dezembro/2002	Sem previsão de autuação
DN COPAM 67/2003	Julho/2004	Sem previsão de autuação
DN COPAM 75/2004	Outubro/2005	Sem prejuízos das sanções penais
DN COPAM 92/2006	Outubro/2006	Sem prejuízos das sanções penais

Em novembro/2004 foram iniciadas as vistorias para verificação do cumprimento das medidas de minimização de impactos dispostas na DN 52/2001. Na primeira fase foram vistoriados os municípios que não haviam enviado documentação alguma à FEAM, referente a relatórios de cumprimento das medidas minimizadoras e cadastro do responsável técnico, em seguida aqueles que enviaram relatórios ou documentos incompletos, e por último os que encaminharam toda documentação encerrando, desta forma, o ciclo de vistorias de fiscalização em Outubro/2005.

Todos os 853 municípios foram vistoriados e a lavratura dos autos de infração pertinentes se deu em 2005 e no início de 2006.

No início do ano de 2006 todos municípios que apresentaram defesa tempestiva começaram a ser novamente vistoriados visando à verificação da defesa apresentada.

2 – DISCUSSÃO

Durante a vistoria realizada em 25-5-2005 foi observado que:

- O depósito de lixo do município de Itaguara situa-se em área alugada pela prefeitura municipal, utilizada há aproximadamente 5 anos, no bairro Mateus.
- para esse depósito de lixo eram destinados os resíduos sólidos urbanos coletados pela municipalidade com a utilização de um caminhão compactador;
- a área estava parcialmente cercada, não possui cerca viva e qualquer sistema de drenagem;
- os resíduos coletados estavam sendo dispostos, sem qualquer critério técnico, em área de encosta;
- as residências mais próximas situavam-se a cerca de 200 m e verificou-se a presença de nascente a menos de 300 m;
- os resíduos dos serviços de saúde eram dispostos junto aos demais resíduos, e
- havia presença de diversos catadores.

Tendo em vista a situação identificada e conforme estabelece a legislação vigente, fundamentado no artigo 19, parágrafo 3º, item 6, do Decreto n.º 43.127/2002, que altera e consolida o Decreto n.º 39.424/1998, foi lavrado o AI n.º 15361/2005 contra a Prefeitura Municipal de Itaguara, por descumprimento da Deliberação Normativa COPAM 52/2001, ao não adotar, no depósito de lixo, as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo artigo 2º dessa deliberação e ainda causar degradação ambiental pela disposição inadequada de resíduos sólidos em depósito a céu aberto.

Em 3-11-2005, a Prefeitura Municipal de Itaguara apresentou defesa tempestiva ao referido Auto alegando, em síntese, que:

- o lixo encontrava-se exposto pelo motivo que a pá-carregadeira, que faz o aterramento dos resíduos, estava em reparos na oficina;
- a prefeitura aguarda recursos do Ministério das Cidades / FUNASA para implementar um aterro sanitário;
- a tentativa de parceria com os municípios de Itatiaiuçu e Rio Manso não logrou êxito, e
- o município não tem condições financeiras para resolver a situação do lixo.

Em nova vistoria realizada em 16-03-2006, constatou-se:

- a massa de lixo estava descoberta e havia a presença de uma catadora no local;
- a área permanecia parcialmente cercada;
- não foi implantado sistema de drenagem pluvial, e
- os resíduos dos serviços saúde eram recolhidos separadamente e a empresa, Oxigás, contratada pela municipalidade era a responsável por sua incineração.

Em relação às alegações feitas pela Prefeitura Municipal de Itaguara, cabe esclarecer:

- a alegação de defeito mecânico da pá-carregadeira que trabalha no aterramento do lixo não justifica a situação apresentada, e
- como atenuante verificamos que não mais existe a situação de codisposição dos resíduos dos serviços de saúde no local.

Embora a Prefeitura tenha apresentado defesa, ficou evidenciado que no espaço de tempo entre a vistoria que gerou a autuação e a última não houve mobilização no sentido de adotar medidas efetivas de minimização dos impactos ambientais na área do depósito de lixo a não ser a destinação final aos resíduos de serviços de saúde.

Conclui-se que as alegações apresentadas pela Prefeitura Municipal de Itaguara não descaracterizam a infração cometida.

Dessa forma, submetemos este Parecer às considerações da CIF/COPAM. ouvida a Procuradoria.